



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis DCON 2018

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

Porto Velho – RO
Março/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

SUMÁRIO

I. INFORMAÇÕES GERAIS.....	4
II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	5
1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	5
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	5
III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
a. Balanço Patrimonial	11
b. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	13
c. Balanço Orçamentário	16
d. Balanço Financeiro	18
e. Demonstração dos Fluxos de Caixa	20
IV. NOTAS EXPLICATIVAS.....	22
1. BALANÇO PATRIMONIAL	22
NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
NOTA 2 – ATIVO IMOBILIZADO.....	22
NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE.....	24
NOTA 4 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE	24
NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	26
2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas	26
NOTA 6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.....	26
NOTA 7 –TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	26
NOTA 8 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	27
2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas	27
NOTA 9 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	27
3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	28
NOTA 10 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	28
NOTA 11 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 12 - EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	31
4. BALANÇO FINANCEIRO	31
NOTA 13 – Resultados do Balanço Financeiro	31
NOTA 14.1 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	32
NOTA 14.2 - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	32
NOTA 14.3 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	33
5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	33
NOTA 15 – INGRESSOS	33
NOTA 16 – DESEMBOLSOS	33
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial	36
NOTA 17 – SALDOS E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

I. INFORMAÇÕES GERAIS

O TRT14 - Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, órgão da administração direta do Poder Judiciário, com sede em Porto Velho e jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre, foi criado pela Lei nº 7.523 de 17 de julho de 1986 (publicada no Diário Oficial da União em 18 de julho de 1986) e instalado em Sessão Solene realizada no dia 28 de novembro de 1986. O órgão possui como missão institucional realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania.

A sua jurisdição abrange todos os 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia e todos os 22 (vinte e dois) municípios do Estado do Acre, totalizando 74 municípios, e, ainda, atende 15 (quinze) distritos, além de vilarejos e tribos indígenas, por meio das Varas Itinerantes. O TRT14 é composto por 32 (trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 23 (vinte e três) no Estado de Rondônia e 9 (nove) no Estado do Acre, com 4 (quatro) Fóruns Trabalhistas situados nas cidades de Porto Velho, Ariquemes e Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e 1 (um) Fórum Trabalhista na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre.

As atividades do TRT14 são exercidas por servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/1990. As contratações de bens, serviços e obras necessárias à manutenção e ao aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais são realizadas em conformidade com os ditames da Lei 8.666/1993.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do TRT14 são elaboradas de acordo com as normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público (NBC T SP 16), as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, em especial, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 7ª Edição, e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas pela Setorial Contábil CFIN/CSJT. Quanto aos orçamentos, são seguidas as Leis do Plano Plurianual - PPA, de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamentária Anual - LOA.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Justiça do Trabalho, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

- a. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional do TRT14 é o Real.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

b. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto a Secretaria do Tesouro Nacional.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de 13º salário e férias de servidores. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

d. Estoques

Compreende o saldo dos bens de consumo estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante utilização das contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os créditos de direitos a receber a longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que, quando existentes, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (a) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (b) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis e imóveis não cadastrados no SPIUNet

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis e imóveis não cadastrados no SpiuNet deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNet sobre o valor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do TRT14 são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos (circulante e não circulante) apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

k. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (a) riscos trabalhistas; (b) riscos fiscais; (c) riscos cíveis; (d) repartição de créditos tributários; (e) provisões matemáticas; e (f) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

l. Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

m. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

m.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o TRT14 e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o TRT14, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

m.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

m.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do TRT14.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	NE	5.852.511,95	7.857.267,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	5.499.167,43	7.464.419,02
Estoque		353.344,52	392.848,41
ATIVO NÃO CIRCULANTE		77.901.984,69	76.638.943,87
Ativo Realizável a Longo Prazo		324.979,68	312.342,61
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		324.979,68	312.342,61
Imobilizado	2	75.596.370,70	74.110.337,06
Bens Móveis		21.766.616,36	19.761.774,41
Bens Móveis		30.877.892,87	31.121.131,78
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-9.111.276,51	-11.359.357,37
Bens Imóveis		53.829.754,34	54.348.562,65
Bens Imóveis		54.410.152,75	54.735.744,62
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-580.398,41	-387.181,97
Intangível		1.980.634,31	2.216.264,20
Softwares		1.980.634,31	2.216.264,20
Softwares		1.980.634,31	2.217.264,20
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-1.000,00
TOTAL DO ATIVO		83.754.496,64	84.496.211,30
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		1.469.395,49	3.344.861,82



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3	1.188.397,20	3.142.370,58
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.147,92	145.518,81
Demais Obrigações a Curto Prazo		279.850,37	56.972,43
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		47.722.806,11	47.925.912,58
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	4	47.722.806,11	47.925.912,58
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		49.192.201,60	51.270.774,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5		
Resultados Acumulados		34.562.295,04	33.225.436,90
Resultado do Exercício		2.300.503,90	6.681.217,28
Resultados de Exercícios Anteriores		33.225.436,90	31.427.546,74
Ajustes de Exercícios Anteriores		-963.645,76	-4.883.327,12
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.562.295,04	33.225.436,90
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.754.496,64	84.496.211,30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

b. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	31/12/2018	31/12/2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.077.350.811,31	345.194.179,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.149.792,74	5.522.288,50
Taxas		5.149.792,74	5.522.288,50
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		175.516,13	120.646,58
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		175.516,13	120.646,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6	16.171,98	3.803.374,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		2.560,37	5.840,13
Variações Monetárias e Cambiais		13.611,61	3.797.534,12
Transferências e Delegações Recebidas	7	1.064.297.217,02	332.979.152,67
Transferências Intragovernamentais		1.058.201.130,74	329.288.081,83
Transferências Intergovernamentais		6.089.991,28	3.691.070,84
Outras Transferências e Delegações Recebidas		6.095,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8	6.738.217,15	2.288.903,95
Reavaliação de Ativos		875.397,15	1.987.942,66
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	284.100,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.862.820,00	16.861,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		973.896,29	479.813,30
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		973.896,29	479.813,30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.075.050.307,41	338.512.961,97
Pessoal e Encargos		233.250.101,16	225.849.662,31
Remuneração a Pessoal		185.823.231,66	178.668.713,09
Encargos Patronais		32.463.241,91	32.081.161,36
Benefícios a Pessoal		14.963.627,59	15.099.787,86
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		72.349.080,31	63.972.791,45
Aposentadorias e Reformas		63.432.336,01	56.441.044,72
Pensões		8.890.585,80	7.520.502,73
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		26.158,50	11.244,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		36.898.919,27	32.832.805,81
Uso de Material de Consumo		1.084.687,98	1.042.276,50
Serviços		32.872.361,10	29.415.717,28
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.941.870,19	2.374.812,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		974,54	936,68
Variações Monetárias e Cambiais		974,54	936,68
Transferências e Delegações Concedidas		729.463.709,36	11.979.693,20
Transferências Intragovernamentais		729.359.680,12	11.825.014,89
Outras Transferências e Delegações Concedidas		104.029,24	154.678,31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9	1.626.602,92	2.404.920,18
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		30.000,00	244.423,98
Perdas Involuntárias		-	865,92
Incorporação de Passivos		387.767,02	168.057,48
Desincorporação de Ativos		1.208.835,90	1.991.572,80
Tributárias		245.013,82	189.267,28



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Contribuições		245.013,82	189.267,28
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.215.906,03	1.282.885,06
Premiações		8.500,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.207.406,03	1.282.885,06
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		2.300.503,90	6.681.217,28



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

c. Balanço Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
DEFICIT		-	-	1.064.901.865,93	1.064.901.865,93
TOTAL		-	-	1.064.901.865,93	1.064.901.865,93

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	10	337.918.238,00	344.425.931,00	1.060.153.699,18	1.058.334.571,98	1.058.330.431,69	-715.727.768,18
Pessoal e Encargos Sociais		287.265.307,00	293.709.000,00	1.010.263.073,56	1.010.263.073,56	1.010.261.073,56	-716.554.073,56
Outras Despesas Correntes		50.652.931,00	50.716.931,00	49.890.625,62	48.071.498,42	48.069.358,13	826.305,38
DESPESAS DE CAPITAL		2.151.317,00	2.787.317,00	4.748.166,75	3.989.515,51	3.989.515,51	-1.960.849,75
Investimentos		2.151.317,00	2.787.317,00	4.748.166,75	3.989.515,51	3.989.515,51	-1.960.849,75
SUBTOTAL DAS DESPESAS		340.069.555,00	347.213.248,00	1.064.901.865,93	1.062.324.087,49	1.062.319.947,20	-717.688.617,93
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		340.069.555,00	347.213.248,00	1.064.901.865,93	1.062.324.087,49	1.062.319.947,20	-717.688.617,93
TOTAL		340.069.555,00	347.213.248,00	1.064.901.865,93	1.062.324.087,49	1.062.319.947,20	-717.688.617,93



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	11	23.881,72	4.045.574,91	2.740.923,77	2.740.923,77	1.328.532,86	-
Pessoal e Encargos Sociais		11.026,02	88.438,93	68.438,93	68.438,93	31.026,02	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		12.855,70	3.957.135,98	2.672.484,84	2.672.484,84	1.297.506,84	-
DESPESAS DE CAPITAL		37.846,88	862.573,18	900.420,06	900.420,06	-	-
Investimentos		37.846,88	862.573,18	900.420,06	900.420,06	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		61.728,60	4.908.148,09	3.641.343,83	3.641.343,83	1.328.532,86	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12	73.072,52	106.464,25	114.529,45	65.007,32	-
Outras Despesas Correntes		73.072,52	106.464,25	114.529,45	65.007,32	-
DESPESAS DE CAPITAL		597,97	-	597,97	-	-
Investimentos		597,97	-	597,97	-	-
TOTAL		73.670,49	106.464,25	115.127,42	65.007,32	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

d. Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias	13	-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	13	1.058.191.634,89	329.288.081,83
Resultantes da Execução Orçamentária		1.057.882.839,12	329.123.657,26
Sub-repasse Recebido		1.057.882.839,12	329.123.657,26
Independentes da Execução Orçamentária		308.795,77	164.424,57
Demais Transferências Recebidas		151.990,61	80.849,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais		156.805,16	83.575,42
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários	13	15.715.949,70	14.864.318,06
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	14.2	4.140,29	105.585,40
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.577.778,44	4.908.148,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		742.274,16	21.607,95
Outros Recebimentos Extraorçamentários		12.391.756,81	9.828.976,62
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	9.317,27
Arrecadação de Outra Unidade		12.391.756,81	9.819.659,35
Saldo do Exercício Anterior		7.464.419,02	8.793.612,38
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.464.419,02	8.793.612,38
TOTAL		1.081.372.003,61	352.946.012,27



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Despesas Orçamentárias	13	1.064.901.865,93	334.366.446,37
Ordinárias	14.3	1.003.484.948,83	279.240.928,21
Vinculadas		61.416.917,10	55.125.518,16
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	46.187.873,00
Previdência Social (RPPS)		52.310.179,00	-
Recursos de Receitas Financeiras		-	-
Operação de Crédito		-	350.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		9.106.738,10	8.587.645,16
Transferências Financeiras Concedidas		6.396.706,03	6.196.573,86
Resultantes da Execução Orçamentária	14.1	-	-
Independentes da Execução Orçamentária		6.396.706,03	6.196.573,86
Movimento de Saldos Patrimoniais		6.396.706,03	6.196.573,86
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Despesas Extraorçamentárias	13	4.574.264,22	4.918.573,02
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		115.127,42	247.518,61
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		3.641.343,83	4.640.129,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		742.274,16	21.607,95
Outros Pagamentos Extraorçamentários		75.518,81	9.317,27
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-	9.317,27
Demais Pagamentos		75.518,81	-
Saldo para o Exercício Seguinte		5.499.167,43	7.464.419,02
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.499.167,43	7.464.419,02
TOTAL		1.081.372.003,61	352.946.012,27



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

e. Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	31/12/2018	31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		2.925.281,95	4.238.588,93
INGRESSOS	15	1.071.325.665,86	339.138.666,40
Outros Ingressos das Operações		1.071.325.665,86	339.138.666,40
Ingressos Extraorçamentários		742.274,16	21.607,95
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			9.317,27
Transferências Financeiras Recebidas		1.058.191.634,89	329.288.081,83
Arrecadação de Outra Unidade		12.391.756,81	9.819.659,35
DESEMBOLSOS	16	-1.068.400.383,91	-334.900.077,47
Pessoal e Demais Despesas		-1.028.861.236,77	-296.528.737,73
Judiciário		-232.377.345,49	-225.702.449,94
Previdência Social		-74.080.621,35	-65.512.609,03
Encargos Especiais		-722.403.269,93	-5.304.361,49
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-9.317,27
Transferências Concedidas		-32.324.648,14	-32.153.157,93
Intragovernamentais		-32.324.648,14	-32.153.157,93
Outros Desembolsos das Operações		-7.214.499,00	-6.218.181,81
Dispêndios Extraorçamentários		-742.274,16	-21.607,95
Transferências Financeiras Concedidas		-6.396.706,03	-6.196.573,86
Demais Pagamentos		-75.518,81	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-4.890.533,54	-5.567.782,29
DESEMBOLSOS		-4.890.533,54	-5.567.782,29
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.655.675,63	-5.324.632,43
Outros Desembolsos de Investimentos		-234.857,91	-243.149,86
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17	-1.965.251,59	-1.329.193,36



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		7.464.419,02	8.793.612,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		5.499.167,43	7.464.419,02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

IV. NOTAS EXPLICATIVAS

1. BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de R\$ 5.499.167,43 deste item corresponde a 93,96%, do montante de R\$ 5.852.511,95 do Ativo Circulante.

No Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, este item, em moeda nacional, corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Nas tabelas a seguir, visualiza-se sua composição:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Limite de Saque com Vinculação de Pgto. - Ofss	5.499.167,43	7.464.419,02	-26,33%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A redução ocorrida em caixa refere-se principalmente ao pagamento de Restos a pagar, no montante de R\$ 3.756.471,25 e a despesas de exercícios anteriores (pagamento de passivos de pessoal), no valor de R\$ 2.232.297,97.

A Tabela 2 demonstra a divisão e a evolução da conta limite de saque.

Tabela 02 – Limite de Saque por Fonte de Recursos

Em R\$

FONTE DE RECURSOS	31/12/2018	31/12/2017	AH%
00 - Recursos Ordinários	4.284.236,53	5.125.164,68	-16,41%
81 - Recursos de Convênios	655.639,23	1.043.554,65	-37,17%
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	291.085,28	942.367,19	-69,11%
50 - Recursos não - Financeiros Diretam. Arrecadados	268.206,39	353.332,50	-24,09%
TOTAL	5.499.167,43	7.464.419,02	-26,33%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NOTA 2 – ATIVO IMOBILIZADO

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade e representa 90,26% do Ativo Total pertencente ao TRT14.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

O montante líquido de 2018, no valor de R\$ 75.596.370,70 (Bens Móveis R\$ 21.766.616,36 e Bens Imóveis R\$53.829.754,34), em Imobilizado do Órgão está assim constituído:

Tabela 03 – Bens Móveis

Em R\$

Bens Móveis	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.735.720,98	956.968,39	3.778.752,59	4.097.490,80	910.719,96	3.186.770,84
Bens de Informática	11.143.079,33	3.876.013,44	7.267.065,89	10.810.017,88	5.034.834,16	5.775.183,72
Móveis e Utensílios	7.319.165,35	1.673.807,70	5.645.357,65	7.688.600,20	2.791.836,33	4.896.763,87
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	491.565,05	125.564,17	366.000,88	607.590,01	189.637,29	417.952,72
Veículos	7.013.761,64	2.440.567,41	4.573.194,23	7.676.521,52	2.365.126,55	5.311.394,97
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-	46.805,86	-	46.805,86
Demais Bens Móveis	174.600,52	38.355,40	136.245,12	194.105,51	67.203,08	126.902,43
Armamentos	-	-	-	-	-	-
TOTAL	30.877.892,87	9.111.276,51	21.766.239,36	31.121.131,78	11.359.357,37	19.761.774,41

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 4 – Bens Imóveis

Em R\$

Bens Móveis	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Bens de Uso Especial	54.410.152,75	580.398,41	53.829.754,34	53.564.755,60	387.181,97	53.177.573,63
Bens Imóveis em Andamento	-	-	-	1.789.286,30	-	1.789.286,30
TOTAL	54.410.152,75	580.398,41	53.829.754,34	55.354.041,90	387.181,97	54.966.859,93

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Nota-se uma variação negativa na depreciação acumulada dos bens móveis de 19,79%, enquanto que os bens móveis sofreram uma variação negativa de apenas 0,78% conforme a tabela a seguir:

Tabela 5 – Bens Móveis e Depreciação Acumulada

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Bens Móveis	30.877.892,87	31.121.131,78	-0,78%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	9.111.276,51	11.359.357,37	-19,79%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Tal variação decorreu do registro da transferência de depreciação para as respectivas contas de bens móveis em razão de reavaliação ocorrida em exercício anterior.

Houve, ainda, doações e transferências de bens inservíveis no valor de R\$ 104.029,24, com a consequente baixa da depreciação acumulada. A contabilização desses ajustes resultou numa diminuição líquida da depreciação no valor de R\$ 2.248.080,86.

NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE

Quanto às Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo, a diminuição de R\$ 3.112.144,04 na conta de Precatórios de Pessoal refere-se à desincorporação de passivos para pagamento provisionado pela setorial realizado no dia 26/02/2018. Os demais passivos foram devidamente pagos no exercício de 2018, resultando na redução total do saldo deste passivo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 6 – Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017	AH%
211110101 – Salários, Remunerações e Benefícios	-	330.836,81	-100%
211110300 – Precatórios de Pessoal	-	3.112.144,04	-100%
211421300 – PSSS-Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens-Intra	-	11.026,02	-100%
211450402 – Contrib. ao RPPS-Pessoal Requisitado-Inter	-	793,27	-100%
TOTAL	-	3.454.800,14	-100%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NOTA 4 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O item Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Longo Prazo refere-se aos Passivos de Pessoal no TRT14 oriundos de processos administrativos, cuja contabilização está sendo realizada desde 2015, tendo como base a nova contabilidade pública preconizada pela legislação recente, consubstanciada no PCASP, em observância ao Acórdão n.º 1485/2012 – TCU – Plenário e seguindo os critérios do Regulamento recebido através da mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015.

O reconhecimento administrativo, a apuração dos valores e o pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho seguem os critérios estabelecidos na Resolução CSJT n.º 137 de 30 de Maio de 2014.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Em 31/12/2018 o saldo das obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento é de R\$ 41.256.308,35 que representa 83,87% de todo o passivo exigível. Na conta contábil 221110400 (Obrigações Trabalhistas a Pagar) consta, nesta mesma data, o montante de R\$ 43.451.124,28. Já na conta 221429800 (Outros Encargos Sociais - Intra OFSS) no valor de R\$ 4.271.681,83 são relativos às Contribuições Patronais incidentes sobre os respectivos passivos trabalhistas. A seguir tabela com descrições detalhadas dessas obrigações:

Tabela 7 – Detalhamento dos Passivos de Pessoal			Em R\$
Natureza do Passivo	Valor	Patronal	Soma
IAQD – VPNI – Incorporações/Atualizações de Quintos/Décimos	36.418.188,57	4.140.216,91	40.558.405,48
Diferença de 13º salário (Lei 8.112/90 (art. 63 ao 66), decorrentes de acerto de folha normal)	13.634,78	-	13.634,78
PAE – Recálculo da Parcela Autônoma de Equivalência (Período de janeiro de 98 a agosto de 99) – Auxílio Moradia	198.797,30	135.570,39	4.960.055,39
PAE – Escalonamento (5%) (Período Fevereiro de 1995 a Dezembro de 1997) – Auxílio Moradia	4.625.687,70		
TOTAL	41.256.308,35	4.275.787,30	45.532.095,65

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças/SIAFI

Nota-se redução de 0,42% (conforme tabela a seguir) correspondentes a R\$ 203.106,47 em função de pagamentos, desincorporações e atualizações monetárias ocorridas durante o exercício de 2018.

Tabela 8 – Passivos de Pessoal			Em R\$
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Longo Prazo	47.722.806,11	47.925.912,58	-0,42%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças/SIAFI

NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido do Órgão totaliza R\$ 34.562.295,04, constituído de Resultados Acumulados: do Exercício, de Exercícios Anteriores e de Ajustes de Exercícios Anteriores. A tabela a seguir apresenta cada valor dos itens que compõem o Patrimônio Líquido do TRT14:

Tabela 9 – Resultados Acumulados			Em R\$
Natureza do Passivo	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Resultado do Exercício	2.300.503,90	6.681.217,28	-65,57%
Resultado de Exercícios Anteriores	33.225.436,90	31.427.546,74	5,72%
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 963.645,76	- 4.883.327,12	-80,27%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

TOTAL	34.562.295,04	33.225.436,90	4,02%
--------------	----------------------	----------------------	--------------

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças/SIAFI

Observa-se que a variação positivade R\$ 3.919.681,36, referente aos ajustes de exercícios anteriores foi causado, principalmente, pela desincorporação de passivos de pessoal, conforme consta na **NOTA - 3, TABELA - 6**.

2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

NOTA 6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Verifica-se no item abaixo uma variação negativa no valor de R\$ 3.789.922,51, representada pelo percentual de 99,57%. A oscilação é justificada em razão do erro na indicação da conta contábil da receita na contabilização de desincorporação de passivos com pessoal, registrada como receita com "Atualização Monetária Positiva - Outras Variações Monetárias e Cambiais – Inter Ofss Município", em dezembro de 2017, no valor de R\$ 3.788.304,50. Em 2018, no entanto, não houve erro de tal natureza ou qualquer outro evento que causasse oscilações significativas na conta em análise. A movimentação no exercício de 2018 ocorreu na conta: "Atualização Monetária Positiva -Outras Variações Monetárias e Cambiais – Consolidação", e refere-se à apropriação de correção monetária incidente sobre adiantamento das contribuições futuras ao FUNPRESP-JUD.

Tabela 10 – Variações Monetárias e Cambiais

Em R\$

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Variações Monetárias e Cambiais	13.611,61	3.797.534,12	-99,64%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NOTA 7 –TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Percebe – se um crescimento acentuado de R\$ 728.913.048,91 em comparação ao exercício de 2017, correspondente a 221,36%. Essa variação ocorreu devido à transferência de recursos para a realização do pagamento de precatórios de pessoal realizado no exercício de 2018.

Tabela 11 – Receitas de Transferências e Delegações Recebidas

Em R\$

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Transferências Intragovernamentais	1.058.201.130,74	329.288.081,83	221,36%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NOTA 8 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Os Ganhos com Desincorporação de Passivos no ano de 2018 no valor de R\$ 5.862.820,00, foi realizado a desincorporação dos passivos para a realização dos pagamentos destas dívidas. Deste valor, R\$ 3.454.800,14 referem-se aos passivos de curto prazo, conforme já demonstrado na **tabela 6**.

Tabela 12 – Receitas de Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. De Passivos

Em R\$

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.862.820,00	16.861,29	34.670,89%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

NOTA 9 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A redução de 87,73% na conta de reavaliação de ativos entre os exercícios de 2017 e 2018 foi causada pela desvalorização de um único imóvel no valor de R\$ 30.000,00, já em 2017 ocorreu à desvalorização em outro imóvel no valor de R\$ 244.423,98.

O aumento na conta de incorporação de passivos foi motivado pelo registro de passivos com pessoal registrado conforme levantamento da folha e de acordo com a mensagem CFIN/CSJT 053/2015 DE 29/10/2015.

Por fim, a movimentação na conta de desincorporação de ativos causada, principalmente, pela baixa da conta de obras em andamento em virtude da entrega do prédio da vara de trabalho de Plácido de Castro no valor de R\$ 1.173.042,01.

O detalhamento da variação pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 13 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Em R\$

Natureza do Passivo	31/12/2018	31.12.2017	AH%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	30.000,00	244.423,98	-87,73%
Incorporação de Passivos	387.767,02	168.057,48	130,73%
Desincorporação de Ativos	1.208.835,90	1.991.572,80	-39,30%
TOTAIS	1.626.602,92	2.404.054,26	-32,34%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias sendo confrontado o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é composto pelos quadros:

- Quadro Principal do Balanço Orçamentário;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

O total de despesas empenhadas é superior à dotação atualizada porque nesta não estão incluídas as provisões recebidas (R\$ 5.263.584,93) e os destaques recebidos (R\$ 719.737.195,00).

NOTA 10 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A tabela a seguir demonstra a execução da despesa, por origem de crédito:

Tabela 14 – Despesas Executadas por Origem de Crédito							Em R\$
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2018 E CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/(a)
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região	4-Investimentos	2.151.317,00	2.787.317,00	2.766.042,43	99,24%	2.007.391,19	72,02%
	3-Outras Despesas Correntes	50.652.931,00	50.716.931,00	49.484.392,01	97,57%	47.667.724,65	93,99%
	1-Pessoal e Encargos Sociais	287.265.307,00	293.709.000,00	287.669.046,83	97,94%	287.669.046,83	97,94%
Subtotal		340.069.555,00	347.213.248,00	339.919.481,27	97,90%	337.344.162,67	97,16%
PROVISÕES RECEBIDAS							
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/(a)
15101 - Tribunal Superior do Trabalho	4-Investimentos	-	-	1.982.124,32	-	1.982.124,32	-
	3-Outras Despesas Correntes	-	-	130.710,61	-	128.250,77	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	4-Investimentos	-	-	-	-	-	-
	3-Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
71103 -Encargos Financ. da União-Sentenças Judiciais	1-Pessoal e Encargos Sociais	-	-	718.792.659,42	-	718.792.659,42	-
Subtotal		-	-	720.905.494,35	-	720.903.034,51	-
DESTAQUES RECEBIDOS							
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	%(d)/(a)
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	3-Outras Despesas Correntes	-	-	275.523,00	-	275.523,00	-
28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus	1-Pessoal e Encargos Sociais	-	-	65.006,34	-	65.006,34	-
36211 - Fundação Nacional de Saúde	1-Pessoal e Encargos Sociais	-	-	3.484.968,64	-	3.484.968,64	-
39251 - Agencia Nac. de Transportes Aquaviários-Antaq	1-Pessoal e Encargos Sociais	-	-	90.658,33	-	90.658,33	-
55201 - Instituto Nacional Do Seguro Social - INSS	1-Pessoal e Encargos Sociais	-	-	160.734,00	-	160.734,00	-
Subtotal		-	-	4.076.890,31	-	4.076.890,31	-
Total		340.069.555,00	347.213.248,00	1.064.901.865,93	306,70%	1.062.324.087,49	305,96%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Quanto às dotações consignadas na LOA, o crédito totalizado importou em R\$ 347.213.248,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 339.919.481,27. Verifica-se eficiência no planejamento e na execução da despesa, como pode ser visto na comparação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada nos anos de 2016 a 2018, conforme tabelas a seguir:

Tabela 15 – Dotação Atualizada e Despesas Empenhadas

Em R\$

Grupo Despesa		1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTOS	5- INVERSÕES FINANCEIRAS	Total
DOTAÇÃO ATUALIZADA	2018	293.709.000,00	50.716.931,00	2.787.317,00	-	347.213.248,00
	2017	277.973.496,00	47.653.521,00	3.328.008,00	-	328.955.025,00
	2016	256.947.031,00	42.745.212,00	6.941.999,00	220.000,00	306.854.242,00
DESPESAS EMPENHADAS	2018	287.669.046,83	49.484.392,01	2.766.042,43	-	339.919.481,27
	2017	275.488.758,74	46.785.476,55	3.314.827,01	-	325.589.062,30
	2016	256.947.031,00	41.595.295,38	5.775.832,21	220.000,00	304.538.158,59

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 16 – Índices

Grupo Despesa	ÍNDICES
	% Dotação x Despesas Empenhadas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

	2018	2017	2016
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97,94%	99,11%	100,00%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	97,57%	98,18%	97,31%
4 - INVESTIMENTOS	99,24%	99,60%	83,20%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	100,00%
Total	97,90%	98,98%	99,25%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Considerando-se as despesas empenhadas nos exercícios de 2017 e 2018, têm-se as seguintes considerações:

- 1) O Grupo 1 – A Despesa com Pessoal apresentou uma variação positiva de 4,42% devido à incorporação de parcelas da Lei 13.317/2016, que alterou o vencimento dos servidores do Poder Judiciário;
- 2) O Grupo 3 – Outras Despesas Correntes apresentaram uma variação positiva de 5,77% resultado principalmente de reajustes de contratos;
- 3) O Grupo 4 – Investimentos apresentaram uma variação negativa de 16,56%, em razão de não ter havido em 2018 investimento em obras e instalações.

NOTA 11 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Verifica-se que houve uma redução de aproximadamente 34% da inscrição em Restos a Pagar não Processados.

Quanto à execução, houve uma melhoria da gestão, visto que o pagamento foi proporcionalmente maior, enquanto o percentual de cancelamento diminuiu.

Tabela 17 – Execução de Restos a Pagar Não Processados

RAP Não Processados							
Inscritos e Reinscritos		Pagos		Cancelados		Saldo	
Ano Insc.	R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2016	7.548.015,90	4.531.863,46	60,04 %	2.953.544,99	39,13%	62.607,45	0,83%
2017	4.969.876,69	3.641.343,83	73,27%	1.328.532,86	26,73%	-	-

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 12 - EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em relação aos Restos a Pagar Processados, é possível notar o esforço do órgão em gerir melhor o seu orçamento, uma vez que o saldo em 01 de Janeiro de 2018 foi totalmente pago ou cancelado.

4. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os relacionados a seguir.

A partir da análise do Balanço Financeiro é possível extrair os resultados: Orçamentário, Financeiro, das Transferências Financeiras e da Movimentação Extraorçamentária.

NOTA 13– Resultados do Balanço Financeiro

De acordo com o Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT14 não é agente arrecadador originário, ou seja, os recursos que custearam todas as suas despesas orçamentárias (2018 no valor de R\$1.064.901.865,93 e 2017 no valor de R\$ 334.366.466,37) vieram de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Tabela 18 - Resultados

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$	
	2018	2017
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00
(-) Despesas Orçamentárias	1.064.901.865,93	334.366.446,37
Subtotal (Resultado Orçamentário)	-1.064.901.865,93	-334.366.446,37
Transferências Financeiras Recebidas	1.058.191.634,89	329.288.081,83
Transferências Financeiras Concedidas	6.396.706,03	6.196.573,86
Subtotal (Resultado das Transferências)	1.051.794.928,86	323.091.507,97
Recebimentos Extraorçamentários	15.715.949,70	14.864.318,06
Despesas Extraorçamentárias	4.574.264,22	4.918.573,02
Subtotal (Resultado Orçamentário)	11.141.685,48	9.945.745,04
Total	-1.965.251,59	-1.329.193,36



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	5.499.167,43	7.464.419,02
Saldo Caixa do Exercício Anterior	7.464.419,02	8.793.612,38
Total(Resultado Financeiro)	-1.965.251,59	-1.329.193,36

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, tanto em 2017 quanto em 2018, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extraorçamentárias foram superavitários, ou seja, houve ingressos de recursos que somados ao saldo inicial de caixa foram suficiente para cobertura de todas as despesas orçamentárias.

O déficit observado no resultado financeiro de 2018 no valor de R\$ 1.965.251,59 foi suportado por superávits de exercícios anteriores, visto que o saldo de caixa ao final do exercício foi de R\$ 5.499.167,43.

NOTA 14.1 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

As transferências financeiras concedidas referem-se à movimentação da conta Movimento de Saldos Patrimoniais, no valor de R\$ 6.396.706,03. O referido valor resulta da arrecadação de receitas do Tesouro Nacional com custas, emolumentos e outras taxas de natureza administrativa e indenizatórias.

NOTA 14.2 - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os recebimentos extraorçamentários sofreram um aumento no valor de 851.631,64 correspondentes a aproximadamente 5%.

Tendo em vista o menor repasse financeiro da setorial ao TRT da 14ª região durante o exercício de 2017, houve uma maior inscrição de Restos a Pagar sem o respectivo financeiro e gerando uma cota de repasse para pagamento de Restos a Pagar no exercício de 2018, cota essa que entra como recebimentos extraorçamentários, pois os recebimentos extraorçamentários contabilizam, além da receita líquida arrecadada pelo Regional, os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2017 inscritos em restos a pagar processados e não processados a serem quitados no exercício seguinte.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 14.3 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 1.003.484.948,83 no exercício de 2018 e tiveram uma alta de aproximadamente 359,36% em relação ao exercício de 2017. Esta alta foi ocasionada especialmente pela execução do Precatório nº 2039.1989.002.14-0, de outros órgão da União, no valor de R\$ 712.691.669,00.

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro), bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

NOTA 15 – INGRESSOS

O total de ingressos dos fluxos das atividades de operações foi R\$ 1.071.325.665,86 desse montante 98,77% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas do Tesouro Nacional para suportarem as despesas liquidadas no exercício de 2018, R\$ 1.058.191.634,89.

NOTA 16 – DESEMBOLSOS

Os itens de consumo de caixa de valores mais representativos dos **fluxos de caixa das atividades de operações**, durante o exercício financeiro de 2018, compreendem:

- a) **Judiciário:** valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- b) **Previdência Social:** valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar da Ação relativa a pagamentos de Aposentadorias e Pensões Civis da União;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

c) **Encargos Especiais:** valores pagos no ano decorrentes da execução de créditos descentralizados destinados ao custeio de sentenças judiciais (precatórios e sentenças de pequeno valor);

d) **Transferências Concedidas (Intragovernamentais):** valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Assim, esses itens dos fluxos de caixa das atividades de operações contemplam desembolsos com Pessoal, Encargos Sociais e Outros Custeios, de acordo com a classificação funcional da despesa. A tabela a seguir retrata as ações governamentais do exercício e de restos a pagar realizadas no ano de 2018 dos itens Pessoal e Demais Despesas e Transferências Concedidas:

Tabela 19: Desembolsos – Atividade de Operações

Em R\$

Grupo Despesa		Ação	Despesas Pagas	RAP (Proc. e n Proc.)	Total
1	Pessoal e Encargos Sociais	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	719.443.766,43	-	719.443.766,43
		Aposentadorias e Pensões Civis da União	74.079.121,35	1.500,00	74.080.621,35
		Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	3.150.260,30	-	3.150.260,30
		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Regime Próprio de Previdência	31.339.992,69	-	31.339.992,69
		Ativos Civis da União	182.247.932,79	66.938,93	182.314.871,72
		Subtotal	1.010.261.073,56	68.438,93	1.010.329.512,49
3	Outras Despesas Correntes	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	275.523,00	-	275.523,00
		Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e na Natalidade	-	3.755,17	3.755,17
		Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial	-	4.568,30	4.568,30
		Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	-	322.920,64	322.920,64
		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados	9.798.523,11	85.745,66	9.884.268,77
		Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	-	4.824,71	4.824,71
		Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	79.207,86	-	79.207,86



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados	10.506.669,12	-	10.506.669,12
	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	3.217.631,55	-	3.217.631,55
	Comunicação e Divulgação Institucional	197.387,50	22.375,86	219.763,36
	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	28.070,66	122.203,48	150.274,14
	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	1.314.365,92	147.131,97	1.461.497,89
	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	22.651.979,41	2.073.488,50	24.725.467,91
	Subtotal	48.069.358,13	2.787.014,29	50.856.372,42
Total		1.058.330.431,69	2.855.453,22	1.061.185.884,91

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

No que tange aos **fluxos de caixa das atividades de investimentos** do exercício 2018 contemplaram desembolsos do Grupo 4 – Investimentos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 20 – Desembolsos – Atividade de Investimentos

Em R\$

Grupo Despesa		Ação	Despesas Pagas	RAP (Proc. e n Proc.)	Total
4	Investimentos	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Ariquemes	-	597,97	597,97
		Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial	-	11.567,18	11.567,18
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Plácido de Castro	-	37.846,88	37.846,88
		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados	7.831,60	-	7.831,60
		Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	1.982.124,32	-	1.982.124,32
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	1.999.559,59	851.006,00	2.850.565,59
Total			3.989.515,51	901.018,03	4.890.533,54



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NOTA 17 – SALDOS E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O TRT14 aumentou o patrimônio em 2018 de R\$ 33.225.436,90 para R\$ 34.562.295,04, tendo como fontes de recursos, ingressos decorrentes das atividades operacionais, pois não houve ingressos de recursos decorrentes de atividades de investimento no exercício de 2018, porém houve desembolsos que totalizaram R\$ 4.890.533,54, resultando num valor negativo de R\$ -1.965.251,59 na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício. O resultado negativo está suportado por superávits de exercícios anteriores, pois o saldo negativo de R\$ 1.965.251,59 resulta da diferença entre o saldo inicial e o final do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, porém o total de R\$ 5.499.167,43 de saldo final suportará as pendências a pagar no exercício seguinte.

Na tabela a seguir, nota-se a variação negativa de 47,85% na geração líquida de caixa de 2017 em relação a 2018, resultado de um menor repasse por parte do CSJT ao TRT da 14ª Região.

Tabela 21 – Geração Líquida de Caixa

			Em R\$
Descrição	31/12/18	31/12/17	AH %
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	- 1.965.251,59	-1.329.193,36	47,85

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial